

## **DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)**

Antônio de Macêdo Mota Júnior – UEFS  
antoniomacedojr@gmail.com

### **Introdução**

Para que as universidades públicas possam manter a qualidade na tríade ensino-pesquisa-extensão, demandam-se, cada vez mais, recursos financeiros. No entanto, no Brasil, há uma indefinição nas regras de financiamento dessas instituições desde a sua formação. Dessa maneira, diversificaram-se as formas complementares de captação de recursos externos, como: celebração de convênios e termos de cooperação; prestação de serviços, realização de concursos públicos e oferta de cursos de aperfeiçoamento não gratuitos (Velloso; Marques, 2005; Amaral, 2008).

No contexto baiano, quatro universidades públicas são mantidas pelo governo estadual: a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), criada em 1976; a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), de 1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de 1983; e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), de 1991. Essas instituições atuaram isoladas no interior baiano até o início dos anos 2000, com relevante papel para a interiorização da educação superior e para o desenvolvimento local e regional (Boaventura, 2009; Fialho, 2012).

Desse modo, este trabalho trata de desafios da gestão universitária, notadamente da sua dimensão econômica acerca da política de financiamento da UEFS, no que diz respeito à captação de recursos financeiros externos como mecanismo possível de auxiliar a sua sustentabilidade financeira. A escolha dessa instituição justifica-se em função dela ter sido a primeira universidade implantada pelo governo baiano, como estratégia de interiorizar a educação superior.

Para tanto, apresenta-se resultados de uma pesquisa exploratório-descritiva, bibliográfica e documental (Gil, 2008), que se utilizou de entrevistas semiestruturadas com análise temática de conteúdo (Bardin, 2016), para investigar o enfrentamento dessa instituição pública em relação a desafios contemporâneos da gestão universitária, nos âmbitos político, organizacional, cultural e econômico.

## **Desenvolvimento**

No caso da política de financiamento das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), o governo do estado tem aplicado um percentual de 5% da Receita de Impostos Líquida (RIL), desde meados dos anos 2000. No entanto, esse percentual vem sendo questionado pelas gestões, movimentos sindicais de docentes e técnico-administrativos e pelo movimento estudantil, como insuficiente para atender às demandas administrativas e acadêmicas dessas instituições (Barbosa, 2013; Mota Júnior, 2017).

Nesse sentido, as UEBA têm enfrentado restrições orçamentárias e limitações financeiras, que dizem respeito: à grande concentração orçamentária das despesas de pessoal e encargos em detrimento das despesas de custeio e investimentos; aos atrasos de repasses e contingenciamento de cotas de concessão para empenho; e às interferências na autonomia administrativa e de gestão financeira (Mota Júnior, 2017).

Esse cenário desafiador acaba causando um processo de desinvestimento, precarização e sucateamento, que reduz a capacidade administrativa e acadêmica dessas universidades, especialmente no que concerne à manutenção das atividades universitárias e à impossibilidade de sua expansão, por consequência, prejudicando a qualidade dos serviços ofertados à comunidade local e regional (Mota Júnior, 2017, 2022).

Dessa forma, cabe discutir a captação de recursos externos ao orçamento repassado pelo governo estadual, como mecanismo capaz de garantir certa sustentabilidade financeira. Nesse caso, trata-se da arrecadação de recursos pela celebração de termos ou acordos de cooperação com órgãos públicos (federais, estaduais ou municipais), entidades privadas nacionais ou fundos internacionais; ou de convênios pela aprovação de projetos em editais de órgãos de fomento e financiamento; bem como pela arrecadação direta da própria instituição, mediante a prestação de serviços e/ou recebimento de taxas.

Por outro lado, cabe destacar que esse é um assunto bastante controverso, principalmente por causa da polarização entre opiniões contrárias e a favor. Os discursos favoráveis à ampliação da captação de recursos salientam que a instituição pode se beneficiar economicamente, especialmente com a prestação de serviços, pois essa arrecadação facilitaria a aquisição de materiais de consumo e insumos que, muitas vezes, não se tem capacidade financeira suficiente e adequada para se adquirir em momentos oportunos (Mota Júnior, 2022).

Já os contrários, conforme Mota Júnior (2022), alertam sobre o processo de

mercantilização da educação superior e da necessidade do Estado, como mantenedor, assumir a sua responsabilidade normativa de garantir, integralmente, a manutenção dessas instituições, como previsto pela Constituição da Bahia (artigo 262).

Ainda de acordo com Mota Júnior (2022), a evolução da receita por fonte de recursos externos, no período 2010-2019 (Tabela 1), revela que a maior fonte foi a de recursos diretamente arrecadados, seguida das transferências voluntárias de órgãos e entidades federais e municipais. Nesse período, houve uma atuação incipiente na arrecadação de recursos de entidades privadas nacionais e de fundos internacionais.

**Tabela 1** – Evolução da receita por fontes de recursos externos – UEFS 2010-2019 (em Reais)

Ano	Diretamente Arrecadados	Alienação de Bens	Órgãos Federais	Órgãos Municipais	Fundos Internacionais	Privadas Nacionais
2010	4.562.883,74	38.200,00	3.159.877,80	-	505,73	-
2011	6.570.277,28	-	2.629.130,51	-	-	7.500,00
2012	3.863.171,37	41.700,00	1.205.156,26	7.646,91	145.961,92	-
2013	5.372.386,29	15.000,00	5.370.306,69	100.512,34	157.449,65	-
2014	4.488.235,76	-	1.919.158,84	101.256,99	142.469,25	-
2015	4.104.644,84	-	2.282.040,75	100.000,00	-	-
2016	3.134.173,31	120.900,00	2.284.429,18	100.000,00	-	-
2017	3.426.676,51	135.500,00	2.485.233,66	100.509,93	-	-
2018	3.689.625,01	-	1.232.351,03	99.984,00	-	-
2019	1.521.985,34	-	650.140,04	100.000,00	-	-

Fonte: Adaptado de Mota Júnior (2022, p. 290).

Desse modo, Mota Júnior (2022) esclarece que a captação de recursos externos representa um fator impulsionador no enfrentamento ao desafio contemporâneo da sustentabilidade financeira na UEFS. No entanto, em um nível de atuação insuficiente para atender às reais necessidades da instituição, a exemplo dos anos de 2011 e 2013 (maiores valores nominalmente), representando percentuais de 21% e 21,72% respectivamente, em comparação com valores totais empenhados de outras despesas correntes e despesas de capital no mesmo período.

### Considerações Finais

Este estudo focou na dimensão econômica dos desafios da gestão universitária, especialmente na política de financiamento da UEFS, no que se refere à captação de recursos externos como mecanismo auxiliar de sua sustentabilidade financeira.

Os resultados apontaram que, apesar da arrecadação de outras fontes de recursos da UEFS apresentarem valores extremamente significativos, essa captação ainda é

insuficiente para garantir a manutenção necessária e adequada à instituição.

Além disso, essa captação sofre influência, no caso da arrecadação direta, de aspectos ideológicos e normativos, bem como, no caso das transferências voluntárias, de aspectos políticos e socioeconômicos, pela necessidade de acordos de cooperação com outros órgãos e entidades ou da aprovação de projetos em editais de fomento.

## **Referências**

AMARAL, N. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

BARBOSA, C. **Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOAVENTURA, E. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FIALHO, N. Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTA JÚNIOR, A. **Desafios contemporâneos da administração universitária: um estudo das dimensões política, organizacional, cultural e econômica na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

MOTA JÚNIOR, A. **Política de financiamento para as universidades estaduais baianas: dimensões relevantes à compreensão das demandas por recursos públicos na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. 2017. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

VELLOSO, J.; MARQUES, P. Recursos Próprios da UNB, o Financiamento das IFES e a Reforma da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 655-680, ago. 2005.